

# *ENTRE O SUL E O NORTE DE MATO GROSSO: DOENÇAS, CONFLITOS E A EXCLUSÃO DA LIBERDADE (SÉCULOS XVIII E XIX)*

*BETWEEN THE SOUTH AND THE NORTH OF MATO GROSSO: DISEASES,  
CONFLICTS AND THE EXCLUSION OF FREEDOM (18TH AND 19TH CENTURIES)*

**BORGES, Maria Celma\***

<https://orcid.org/0000-0002-1282-956> 

**SOUSA, Rafaely Zambianco Soares\*\***

<https://orcid.org/0000-0003-3251-8384> 

**RESUMO:** Escravidão, conflitos e doenças estavam amalgamados pela vila de Sant'Anna do Paranahyba e também por outros rincões do sul e o norte de Mato Grosso no cenário do XIX. Frente a essa realidade, este texto parte de uma discussão breve do olhar dos viajantes para as doenças e insalubridades que acometiam as pessoas no Brasil Oitocentista, em particular, os escravizados, a fim de adentrar à Sant'Anna e apreender a correlação entre crimes, doenças e a escravidão. O diário de viagem "Derrotas", de Joaquim Francisco Lopes e de seu ajudante, João Henrique Heliott, ao narrar as incursões pelo sul do Mato Grosso na ocupação de vastas extensões de terras, no período de 1829 a 1857, a mando da Coroa e de interesses privados, traz evidências importantes para a análise dos conflitos e doenças vividos entre sertanistas e escravizados, assim como povos originários e pobres e livres pelos lugares por onde passavam. A obra "Inocência", de Taunay, por sua vez, traz-nos vestígios da doença e da escravidão por terras desta vila e nos indica de que modo as temáticas arroladas se correlacionavam. Partindo dessa localidade, recuamos ao século XVIII e chegamos à vila do Cuyabá, no norte, e a seus arredores. No trabalho com uma fonte de 1872, nos deparamos com a vida, a doença e a morte entrelaçadas, em Cuyabá, como a dizer que para os escravizados, principalmente, era muito difícil estabelecer a distinção e mesmo a escolha entre a vida e a morte.

**Palavras-chave:** Mato Grosso; Doenças; Conflitos; Escravidão.

**ABSTRACT:** Slavery, conflicts and diseases were amalgamated by the village of Sant'Anna do Paranahyba and also by other corners of the south and north of Mato Grosso in the XIX century scenario. Considering this reality, this text starts from a brief discussion of the travelers' view of the diseases and unhealthiness that affected people in 19th century Brazil, in particular, the enslaved, in order to enter Sant'Anna and learn the correlation between crimes, diseases and slavery. The travel diary "Derrotas", by Joaquim Francisco Lopes and his assistant, João Henrique Heliott, narrating the incursions into the south of Mato Grosso in the occupation of vast tracts of land, from 1829 to 1857, at the behest of the Crown and of private interests, brings important evidence for the analysis of conflicts and diseases experienced by sertanistas and enslaved people, as well as indigenous peoples and poor and free ones by the places where they passed. Taunay's work "Innocence", in its turn, brings us traces of disease and slavery in the lands of this village and shows us how the listed themes correlated. Departing from this location, we go back to the 18th century and arrive at the village of Cuyabá, in the north, and at its surroundings. In working with a source from 1872, we came across life, disease and death intertwined in Cuyabá, as if to say that for the enslaved, it was very difficult to establish the distinction and even the choice between life and death.

**Keywords:** Mato Grosso; Diseases; Conflicts; Slavery.

\* Professora Titular do curso de História da UFMS/CPTL. E-mail: [maria.borges@ufms.br](mailto:maria.borges@ufms.br).

\*\* Graduada em História, CPTL/UFMS, Mestre em História pela UFGD, professora da rede estadual de ensino de MT. E-mail: [rafaely\\_zss@hotmail.com](mailto:rafaely_zss@hotmail.com).



## INTRODUÇÃO

“ninguém pode fiar-se na tal vila de Sant’Ana; é uma peste de febres”  
(TAUNAY, 2002, p. 30).

No contexto do século XIX, a Vila de Sant’Anna do Paranahyba figurava nas memórias e relatos de viagens como “uma peste de febres”, um lugar em que não se poderia “fiar”. Essa imagem resume, de certo modo, o cenário de doenças comuns por aquelas terras, divisa com as províncias de Minas Gerais, Goiás e São Paulo. Escravidão e doenças estavam amalgamadas mostrando as intempéries que acoassavam a vida de homens e mulheres, indistintamente, pelos arraiais e vilas entre o sul e o norte de Mato Grosso. Se a condição fosse de escravizados<sup>1</sup>, as moléstias poderiam ser ainda maiores, como vimos nos autos criminais. Morriam-se muitos, mas não somente escravizados.

São estas histórias que desejamos contar, ao discutir as doenças<sup>2</sup> e a escravidão na Vila de Sant’Anna e pelas estradas e matas que a ligavam ao norte, à Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuyabá. Escravizados e senhores foram os personagens centrais ao tentarmos mapear as moléstias que os afligiam e as situações a que estavam sujeitos<sup>3</sup>. Mas outras pessoas adentraram a cena, como os povos originários e pobres e livres, por encontrarem-se imersos nesse mundo de doenças, semelhante ao que ocorria por outros rincões do Brasil. O foco do texto centrou-se nas doenças no século XIX, mas na discussão de uma das fontes o recuo ao XVIII se fez necessário, especialmente na análise da escravidão em Cuyabá, com ênfase também para os conflitos entre indígenas e escravizados.

Anterior à discussão do objeto específico é preciso apresentar algumas impressões dos viajantes pelo Brasil no século XIX, especialmente em relação às doenças e ao debate acerca do saber médico e o popular, a fim de apreender as imagens que se construía das práticas medicinais naqueles tempos em que a escravidão, ao menos até as últimas décadas da abolição, mantinha-se como estrutura basilar de toda a sociedade brasileira, inclusive de Mato Grosso.

<sup>1</sup> Optamos pelo termo “escravizado”, pois a escolha pelo léxico “escravo” remete à condição simbólica cativa como algo inerente ao ser e normatiza um racismo estrutural que permeia nossas construções semânticas. Para mais, ver: Harkot-de-la-Taille; Santos (2012).

<sup>2</sup> Para um debate das doenças como objeto da História, consultar: MONTEIRO; CARNEIRO (2012).

<sup>3</sup> Para uma análise da escravidão no sul de Mato Grosso, algumas referências se fazem necessárias, como: Borges (2015); Brazil (2002); Camargo (2010); Moura (2008) e Silva (2020).



A seguir, na procura de indícios que apontassem para as doenças em Sant'Anna nos deparamos com dois autos criminais - um Sumário de Culpa e um Processo-crime<sup>4</sup> - os quais tratavam, em meio à trama, da doença e das mortes de um escravizado e de um senhor. Os vestígios deixados por essas fontes propiciaram pensar os limites da justiça, o papel das “mesinhas”, tal como o poder do saber médico no *sertão*.

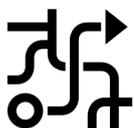
Nas narrativas de viagem, para a compreensão do que significava adentrar os *sertões* e neles viver as intempéries comuns ao meio, como as doenças a que estavam expostos cotidianamente, trabalhamos um diário de viagem escrito por Joaquim Francisco Lopes (2007) e seu ajudante, João Henrique Heliott, a fim de evidenciar o percurso desses sertanistas na ocupação e conquista do sul de Mato Grosso. Ao final do texto, retomamos ao século XVIII e início do XIX, discutindo as impressões de Joaquim da Costa Siqueira (1872) a respeito de Cuyabá, do período de 1789 a 1817, narrativa em que, após enfatizar os encontros e desencontros entre indígenas e negros escravizados, apontou vestígios da presença de cativos numa situação inusitada na Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuyabá, onde o casal de negros fugidos, junto a seus filhos, retornara ao cativeiro devido uma doença que acometeu à escravizada.

## **ALGUMAS IMPRESSÕES DO OLHAR DOS VIAJANTES NO XIX: ENTRE DOENÇAS E A INSALUBRIDADE**

Segundo Manthorne (1996), antes da vinda da família real para o Brasil, em 1808, os domínios portugueses no Novo Mundo eram praticamente fechados para estrangeiros e viajantes. Eram comuns as narrativas de religiosos e viajantes estrangeiros das terras da Colônia, desde o século XVI<sup>5</sup>, todavia a exploração científica se fortaleceu após a abertura dos portos brasileiros, quando naturalistas, artistas, outros estudiosos e demais viajantes adentraram o interior da colônia, junto ao movimento de “interiorização da metrópole” (DIAS, 1972), objetivando explorar, aventurar-se e adquirir novas experiências, mas especialmente fornecer informações do que a natureza poderia ofertar de interesses econômicos. Dava-se naquele contexto uma iconografia da natureza e, de certo modo, sem que se quisesse, também dos povos do Brasil.

<sup>4</sup> Os processos-crime foram encontrados no acervo do Memorial da Justiça. Arquivo do Tribunal de Justiça, em Campo Grande, Mato Grosso do Sul.

<sup>5</sup> “Sobre essas narrativas destacamos os trabalhos como o de Gabriel Soares de Sousa (1851), Pero de Magalhães Gandavo (2008), Fernão Cardin (1925)”.



Quanto às doenças envolvendo o universo da escravidão ainda no Império, deve-se considerar que o tráfico negreiro, no comércio de homens e mulheres no Atlântico, de uma ponta a outra, por mais de três séculos e meio, constituído pela força e a violência, contribuiu fundamentalmente para a deterioração das condições de vida dos africanos na travessia e em terras do Brasil, em portos e mercados legais e clandestinos, ao levarmos em consideração que durante o deslocamento forçado de povos de diferentes etnias e em sua travessia havia também uma inevitável transição de doenças advindas da África e ainda da Europa<sup>6</sup>. Somavam-se a isto as condições adversas tanto no percurso da viagem quanto de imediato em solo brasileiro pelas doenças que acometiam toda a sorte de pessoas.

No contexto do XIX, as explorações pelo interior do país, que resultaram em contribuições científicas, agregaram-se aos conhecimentos dos viajantes naturalistas europeus e contribuíram para o processo de colonização dos lugares distantes do litoral brasileiro. Em “Inocência”, de Taunay (2002), encontramos o naturalista Meyer, um viajante estudioso, vindo da Alemanha, que coletava espécimes de nossa fauna, particularmente de insetos e borboletas pelo sertão mato-grossense, patrocinado pelo governo de seu país. Essas viagens evidenciavam o poder das nações que as financiavam para conhecer os recursos das terras americanas, em vista, nos parece, não do conhecimento e dos costumes das pessoas que nela habitavam e de seus saberes, mas da natureza, da flora e da fauna, e do que poderiam fornecer de interesses econômicos para a exploração. Também em vista de apreender a adaptação humana ao clima tropical.

Quanto aos relatos desses viajantes, as considerações de Certeau são fundamentais para entendermos que o espaço é um lugar praticado: “todo relato é um relato de viagem – uma prática do espaço (...)”, as quais “de fato, organizam as caminhadas. Fazem a viagem, antes ou enquanto os pés a executam” (CERTEAU, 1999, p. 200). Os relatos aqui considerados estiveram permeados de representações centradas mais na flora e na fauna do que nas pessoas, e assim o espaço construído pela narrativa de viagem (o lugar praticado) é um ambiente em que a natureza é central e cobre tudo, é onipresente, e o espaço destinado ao homem, nessa narrativa, é mínimo ou inexistente.

O olhar eurocêntrico centrou-se na natureza, não nas especificidades e costumes dos povos dessas terras. Daí a narrativa desses personagens, quando aparece, quase sempre pejorativa - e como negação da alteridade -, especialmente se direcionada aos negros, pobres

<sup>6</sup> Quanto a este debate, consultar: Barbosa (2008); consultar ainda Kodama (2009).



e livres e indígenas. A eugenia imperava no cenário de fins do XIX e buscava legitimar a interpretação da inferioridade da “raça tropical”.

Ao narrar as viagens de Alphone Rendu ao Brasil, no XIX, Morais contribuiu para a compreensão deste debate. Rendu era um médico francês que, ao se deslocar para o novo continente, viria com objetivos similares a muitos viajantes e estudiosos europeus: conhecer o meio ambiente local, as doenças e os costumes de outros povos, a fim de entender a adaptação humana aos climas quentes, entre outros interesses. Os homens que viajavam para outras terras distantes da Europa “acreditavam na ideia de que o clima quente e úmido era extremamente prejudicial à saúde física e moral do homem europeu” (MORAIS, 2013, p.38).

Em suas considerações finais Morais destacou que: “As viagens científicas contribuíram para a obtenção de informações sobre as doenças e os costumes dos povos, e também para a coleta de espécies animais e vegetais”. Isto resultou “no avanço de diversos ramos das técnicas e das ciências, entre as quais o estudo sobre o aclimatação humano”. Ainda nessas considerações, ressaltou que o discurso de Rendu desnudou: “a construção de estereótipos étnicos e raciais que se apoiavam sob argumentos sanitários. A dita ‘raça tropical’, seus costumes, suas doenças, a especificidade do clima e da topografia dos trópicos foi colocada sob o signo da insalubridade” (MORAIS, 2013, p.53-54).

Magalhães, ao discutir as práticas medicinais e os saberes populares que vigoraram no contexto do século XIX no Brasil, observou que:

[...] era o tempo das maravilhas curativas, do purgante de Leroy aplicado contra pneumonia, desintéria, hidropisia e envenenamento. Também ‘era a época do *purgare et sanare*, das mezinhas, do chá de melissa, ou erva-cidreira, de losna, da flor de laranjeira ou de sabugueiro, da folha de goiaba ou de quebra-pedra’, e dos almanaques de medicina doméstica (MAGALHÃES, 2004, p.195-196).

Segundo esta autora, esses saberes que advinham das culturas africanas, indígenas e portuguesas foram chamados de “medicina popular”, no século XX, por Câmara Cascudo (MAGALHÃES, 2004, p.197). Vale lembrar também que a homeopatia passava a ser vista como uma ciência bastante valorizada nas últimas décadas do XIX. Alencastro, ao apresentar a obra “História da vida privada no Brasil – Império: a corte e a modernidade nacional”, discutiu a vida e a ordem privada no Império e chamou a atenção para a mudança de paradigmas em relação à saúde naquele momento histórico. Conforme o autor:

[...] a homeopatia incorpora, como se verá em seguida, práticas da medicina afro-brasileira e da fitoterapia indígena. Médicos homeopatas interessam-se



por curas obtidas mediante sonambulismo e o magnetismo, abrindo a via ao Kardecismo, enquanto os positivistas fazem propaganda da homeopatia (ALENCASTRO, 1997, p.44).

No século XX, a institucionalização da medicina no Brasil, conforme Magalhães, “[...] significou romper com longos séculos nos quais vigorava o atendimento médico feito por curandeiros, herbalistas, seguidores dos conhecimentos empíricos dos indígenas africanos e jesuítas, ou por práticos pertencentes aos segmentos inferiores da sociedade” (2004, p.199). Mesmo que questionemos a expressão “segmentos inferiores”, as contribuições da autora são importantes para entendermos que a experiência empírica fazia-se fundamental naquele momento histórico.

Por mais que houvesse o lugar para a homeopatia no Brasil do XIX - diferentemente do que ocorreria no século seguinte - nos rincões de Mato Grosso, do norte ao sul, tais práticas não eram vistas com bons olhos pelo saber médico institucionalizado, como é possível depreender do trabalho com as fontes. Entretanto, ela era bem mais comum e usada como medida de profilaxia de forma contumaz se comparada com o acesso a tratamentos médicos. Podemos dizer que o uso de “mesinhas” era o modo possível de viver, ou melhor, sobreviver, num espaço marcado por moléstias.

## **EM SANT’ ANNA DO PARANAHYBA: CRIMES, DOENÇAS E ESCRAVIDÃO**

Para a reflexão proposta neste texto, vimos a necessidade de observar o recorte temporal e um breve histórico de Sant’Anna do Paranahyba, que principia pela discussão da chegada dos colonizadores, vindos do triângulo mineiro, nas primeiras décadas do século XIX, para o leste e sul de Mato Grosso, os quais traziam consigo escravizados, camaradas, e ainda gado, porcos e instrumentos de trabalho que poderiam ser úteis para enfrentar o “desconhecido”.

De acordo com Camargo, a ocupação das terras nessa localidade e a formação de Sant’ Anna do Paranahyba deram-se, inicialmente, pela trajetória dos mineiros de sobrenome “Garcia Leal” – José, João, Joaquim e Januário – partindo da fazenda Monte Alto, em Minas Gerais, no ano de 1828, “[...] os quais numa verdadeira corrente migratória perscrutaram os sertões, singraram rios e alcançaram a região de Santana de Paranaíba”. Observa ainda que: “Juntamente com familiares, camaradas e trabalhadores escravizados, conduziram gado, aviamentos e ferramentas, para a empreitada de ocupação e colonização” (CAMARGO, 2010, p.68).



Lucídio narrou que não fora fácil estabelecer-se nessa localidade, haja vista o fato de esta ação não contar com somente um homem, mas com muitos, somando-se a falta de estrutura para que ali pudessem se fixar. A intenção da “conquista” era a de constituição de grandes propriedades, pela formação de invernadas, mas junto à pecuária, “principal produto fornecedor de capitais para as trocas comerciais”, fazia-se necessária a produção de alimentos, como destaca este autor: “A agricultura era o elemento capaz de prover o sustento orgânico das famílias, cujos excedentes poderiam ser comercializados (LUCIDIO, 1993, p.103).

Em 19 de abril de 1838, o povoado de Sant’Anna do Paranyhyba era elevado a distrito, subordinado a Cuyabá, capital da Província. Em 13 de agosto daquele ano, o delegado da freguesia, José Garcia Leal, recebia a resposta do vice-presidente da Província de Mato Grosso, José da Silva Guimarães, quanto à solicitação da criação de uma escola elementar de primeiras letras na localidade. O vice-presidente observou que: “o delegado tem sido solícito e zeloso em promover o bem estar, aumento, cultura e prosperidade dos habitantes desse lugar” (MATO GROSSO, 1838-1839).

Segundo Silva, a ocupação das terras de Mato Grosso foi impulsionada, primeiramente pela mineração no século XVIII, e no XIX, para o sul de Mato Grosso, deslocaram-se não somente colonizadores frustrados com a mineração e paulistas, mas ainda muitos outros sujeitos. Migrantes, conforme a autora, que imbuídos de suas estruturas políticas e sociais, juntando-se aos camaradas, agregados e trabalhadores escravizados que os acompanharam e os povos originários que já habitavam as redondezas, especialmente da etnia Cayapó, constituíram o cenário social de Sant’Anna do Paranyhyba (SILVA, 2020).

É importante entendermos essa localidade, pois foi a partir dela que seguiriam as primeiras incursões para o sul de Mato Grosso, contadas, em pormenores, em “Derrotas” (LOPES, 2007). Em seu interior e arredores pululavam as “moléstias”, como narrou Taunay em “Inocência” (2002), bem como em “Viagem de Regresso de Matto Grosso à Corte” (1969).

As condições de saúde da população de Sant’Anna do Paranyhyba são expostas por esse viajante, nos fazendo entender que a Vila fora apresentada por ele, conforme Silva, como: “ao mesmo tempo idílica e decadente, contraste que a torna pitoresca”. Esta autora assinala ainda que, no texto “Viagem de Regresso de Mato Grosso à Corte”: “[...], a exuberância dos laranjais em seus ‘auríferos pomos’ e ‘cândidas flores’ opõe-se às ‘miseras casinholas’, ao silêncio da vila abandonada em razão das febres e ao aspecto pouco saudável



de seus moradores” (2020, p.58). Nas palavras de Taunay encontramos esta descrição de Sant’Anna:

Transpondo um corregozinho e subindo uma ladeira onde há míseras casinholas, chega-se á principal rua da povoação, outrora florescente núcleo de população, hoje dizimada das febres intermitentes, oriundas das enchentes do Paranahyba, ou pelo menos já estigmatizada d’esse mal, o que quer dizer o mesmo, visto como os moradores que de lá fugiram, não voltam mais. 800 habitantes mais ou menos, 3 ou 4 bem alinhadas, uma matriz em construção, há muitos lustros, o tipo melancólico d’uma vila em decadência, o silêncio por todos os lados, crianças anêmicas, mulheres descoradas, homens desalentados, eis a Vila de Sant’ Anna, ponto controverso entre as províncias de Goyas e de Mato Grosso, pretendendo esta a posse por tê-la fundado e aquela por ter-lhe dado os meios de vida, enviando-lhe a pedido dos moradores, o mestre escola, o pároco e outras autoridades (1969, p.29)

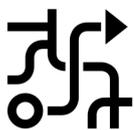
Também foi sobre esta vila que os autos criminais trataram, contando da morte do escravizado Sebastião e da vida e morte de um senhor de terras e de gente, José Martins Pereira, oriundas, conforme as sentenças, não do assassinio de Sebastião, por seu senhor, ou do erro médico sentenciando à morte o fazendeiro, mas de doenças que infestavam o lugar e seus moradores.

Na perspectiva da análise da doença e dos escravizados em Sant’ Anna encontramos alguns vestígios nos Livros de Classificação de Escravos (MATO GROSSO DO SUL, 1874). Esta fonte resultou da exigência da Lei Rio Branco, de 1871, que criava o fundo emancipador para a compra de alforrias, entre outras medidas emancipacionistas. Ao analisar esta documentação, Camargo destacou que a partir desse momento os proprietários:

[...] Deviam registrar seus cativos nas juntas de classificação dando informações sobre cada cativo que possuíam, em que muitos escravizadores registravam escravos doentes, incapacitados para o trabalho. Por sua vez, os mais saudáveis, capazes de serviço na lavoura, eram excluídos dos benefícios da lei. Justificava-se tal atitude pelo interesse que os proprietários tinham em manter, atado à sua lavoura, os escravos mais aptos e saudáveis (2010, p.172).

Ou seja, no caso dos escravizados, aqueles acometidos por algum tipo de doença tinham uma “chance” maior de se tornarem forros, devido ao fato de estarem “debilitados” e não poderem mais desenvolver os trabalhos para os quais eram requeridos. Já os cativos em boas condições físicas não se tornariam forros com tanta facilidade, já que os senhores dificilmente abririam mão de seus serviços.

Homens e mulheres escravizados eram alvos de muitas doenças devido fadigas e privações próprias da sua condição, acrescidas das intempéries nas viagens pelas incursões



aos *sertões* mato-grossenses. Enfermidades também poderiam ser adquiridas em vista de conflitos com povos originários, a escassez de alimentos, os ataques de animais, as condições climáticas, entre outros. Os autos criminais e, posteriormente, os relatos de viagem e memórias, contribuem para compreendermos este cenário, indicando-nos possibilidades de correlação entre a doença e a escravidão<sup>7</sup>.

Dois autos criminais, instaurados em Sant'Anna do Paranahyba nos anos de 1862 e 1878, nos fornecem algumas informações de doenças nessa localidade e a respeito de mesinhas, remédios caseiros que foram utilizados para tentar saná-las, o que talvez tenha derivado na morte dos enfermos, como sugeriram as fontes. O primeiro, um Sumário de Culpa<sup>8</sup>, tratou da morte do cativo Sebastião. O segundo processo não envolvia diretamente escravizados, mas um senhor de escravos. Os dados de ambos dão indícios das condições de saúde e de doenças vividas em Sant'Anna, do contexto social, afora outras informações nem sempre explícitas em documentos de outra natureza.

Por isso, fez-se necessário indagarmos a respeito da escrita e do foco de abordagem do escrivão, tal como do libelo do promotor. Observar ainda quais as cláusulas do processo, como se desenrolaram as falas das testemunhas, dos acusados e demais envolvidos, quais os “não ditos” nas entrelinhas da trama, entre outras informações, como: ano, referência às profissões, posses, naturalidade, se era livre ou escravo, idade. Dados que possibilitaram acompanhar parte das trajetórias dos indivíduos e conhecer lugares como: nomes de fazendas, sítios, rios, lugares de passagem, condições de vida e de saúde. Ou seja, pelas fontes criminais foi possível esquadrihar estas informações na tentativa de encontrar pistas a respeito das doenças e da escravidão por essa localidade.

O primeiro auto criminal (MATO GROSSO DO SUL, 1862) refere-se à morte de Sebastião, denunciada como derivada das chibatadas que lhe dera seu senhor devido acusação de “roubo de um colar de ouro”. A acusação de assassinato do escravo pelo senhor, feita pela Promotoria, foi explícita logo nas primeiras páginas da denúncia. Todavia, no decurso do processo, uma das testemunhas sugeriu que a morte poderia ter sido pelo uso indevido de mesinhas. O Sumário foi instaurado em 1862. Nele, o fazendeiro Isaias Joaquim Guimarães apareceu como suspeito de ser o responsável pela morte do escravo Sebastião.

<sup>7</sup> Quanto às doenças vividas ou presenciadas por esses viajantes e sertanistas, sua comitiva e familiares na Vila de Sant'Anna do Paranahyba e pelos arredores, caminhos e casebres, do sul ao norte de Mato Grosso, podemos citar: sezões (febres), mal-de-engasgo, bócio (tireoidite), chagas, epilepsia, pestes de carrapato, maleita, sarnas, feridas bravas, dor de cabeça, bronquite, hidropesia (retenção de urina), hipoemia intertropical (ancilostomíase ou popularmente “amarelão”), impaludismo (o mesmo que malária), lepra, entre outras.

<sup>8</sup> O Sumário do Culpa constitui-se como a parte inicial da investigação, anterior à instauração do processo propriamente dito.



No ofício emitido pelo chefe de Polícia, Jesuino de Souza Martins, encaminhado à Promotoria de Sant' Anna, solicitava-se a investigação do caso. O relato de parte das testemunhas arroladas possibilitou entender uma trama histórica carregada de violência e de parcialidade da justiça.

Uma das testemunhas, ao ter sido indagada se sabia da morte desse escravo, respondeu que “sabia por ouvir dizer que o escravo Sebastião falecera dos açoites que lhe mandara dar Isaias Joaquim Guimarães”<sup>9</sup>. A história que se desenrolou apresenta os limites da afirmativa das relações harmoniosas entre senhores e negros escravizados nessa Província. Isto nos leva a compreender que não é possível afirmar a harmonia no desnudar da violência, ou seja, o assassinio do escravo pelo senhor. Todavia, a fonte tornou-se interessante para observamos a solicitação de instauração de uma investigação para apurar esse caso, “ainda que o parecer do juiz municipal tenha sido o de não aceitar a denúncia baseando-se no fato de que não teve testemunhas que pudessem afirmar ser verdade, sem ser “por ouviu dizer” (BORGES, 2015, p. 197).

Em março de 1862 foram arroladas cinco testemunhas, dentre elas, proprietários de escravos, como o reverendo Francisco de Sales de Souza Fleury, Manoel Ferreira Dias, negociante; Alferes Antonio Franco de Souza, negociante; Francisco Anselmo Brito, negociante e Lucas Antonio da Silva, lavrador. Escravos não foram chamados como informantes, dando a entender, pelos ofícios enunciados, quem detinha o poder da palavra.

A primeira testemunha, o reverendo Fleury, de 58 anos, morador de Sant'Anna do Parahyba, nascido em Itabira, Minas Gerais, ao ser indagado do caso respondeu que “sabia por ouvir dizer que o dito escravo faleceu dos mencionados açoites e que indo ele testemunha confessá-lo e ungido [...] e que sabe por ouvir dizer que quem mandou açoitá-lo fora Isaias Joaquim Guimarães e que nada mais sabe e sem eu perguntá-lo deu se por findo [...]”<sup>10</sup>.

Manoel Ferreira Dias, 42 anos, negociante, casado, morador na Vila de Sant'Anna e natural da Província de Minas foi a segunda testemunha e:

[...] respondeu que sabia por ouvir dizer que o escravo Sebastião falecera dos açoites que lhe mandara dar Isaias Joaquim Guimarães: Sendo lhe mais perguntado se sabia com instrumento foram dados uso o açoite, informou que ouviu dizer que foi dado com laço, sendo-lhe mais perguntado se sabia qual motivo pelo qual havia mandado castigar, respondeu que ouviu dizer que foi pelo roubo que [...] o escravo Sebastião ai furtara de um colar de ouro.

<sup>9</sup> MATO GROSSO DO SUL, 1862, p. 2.

<sup>10</sup> MATO GROSSO DO SUL, 1862, p. 2.



E por nada mais ser perguntado deu-se por findo este depoimento (MATO GROSSO DO SUL, 1862, p. 4).

A terceira testemunha, o alferes Antonio Franco de Sousa, de 38 anos, negociante, casado, também morador em Sant'Anna do Paranayba, nascido na Província de S. Paulo “em costume disse nada, perguntado se sabia do que tinha falecido o escravo, respondeu ter sido por açoite”<sup>11</sup>.

Francisco Anselmo Brito, 48 anos, empregado público, casado, morador em Sant'Anna, e oriundo de São Gonçalo, Província de Minas Gerais, quarta testemunha no processo constou que não sabia se o escravo Sebastião havia falecido dos açoites ou de algum remédio que tomou: “[...] visto que o dito escravo se achava em uso de remédios por causa de outras enfermidades, e sendo-lhe mais perguntado se sabia qual o motivo porque fora castigado e com que instrumentos, respondeu que ouviu dizer que fora castigado com um laço, por causa do roubo de um colar de ouro”<sup>12</sup>.

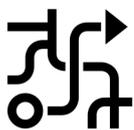
Lucas Antonio da Silva, de 58 anos, foi a quinta testemunha. Lavrador, viúvo, morador na Vila de Sant'Anna do Paranahyba, natural de Minas, ao ser indagado se sabia que tinha falecido o escravo Sebastião e por qual motivo disse que: “ouviu dizer que fora castigado com um laço por causa do roubo de um colar de ouro”<sup>13</sup>. Vale observar que quase todas as testemunhas deste caso reafirmaram “saber por ouvir dizer” que a morte do escravo Sebastião decorrera de “açoites” dados pelo senhor devido ao “roubo de um colar de ouro”. Afora a quarta testemunha que levantou indagações quanto ao real motivador da morte, ou seja, não sabia dizer se fora pelos açoites ou “algum remédio usado que tomou visto que o escravo se achava em uso de remédios por causa de outras enfermidades”, as outras falas foram muito similares.

A expressão “ouvir dizer” indica o temor das testemunhas em assumir o conhecimento do caso, talvez por envolver um senhor de terras e de escravos. Se “ouvirem dizer” quer dizer então que não sabiam ou não queriam saber de fato o ocorrido, e isto contribui para inocentar ao senhor. Em vista disso, possivelmente o fazendeiro tenha sido liberado sem ao menos ser ouvido. Revela-se aí para que lado pendia a balança da justiça. O ofício emitido pela Justiça pública visando a apuração dos fatos foi considerado improcedente pelo juiz municipal, Joaquim de Oliveira Simões, por entender que:

<sup>11</sup> MATO GROSSO DO SUL, 1862, p. 5.

<sup>12</sup> MATO GROSSO DO SUL, 1862, p.5.

<sup>13</sup> MATO GROSSO DO SUL, 1862, p. 6.



[...] sendo a parte oficial que o delito fora público, todas as testemunhas depuseram vagamente de ouvir dizer; vê-se mais ainda pelo depoimento da terceira e quinta testemunhas que duvidavam ainda mesmo de ouvir dizer o motivo da morte do escravo, enfim [...] de que o escravo se achava enfermo e em uso de remédios e que o instrumento com que fora castigado não produzia a morte [...] Sob estes fundamentos o hei despronunciado (MATO GROSSO DO SUL, 1862, p. 8).

Nesse cenário, questionamos se seria realmente o uso de “remédios” para a cura de alguma doença que lhe imputara a morte, como sugeriu o juiz, ou se a doença serviu como luva para justificar a violência da escravidão. O parecer do juiz foi bastante tendencioso na medida em que confundiu até mesmo as informações das testemunhas, já que não foi a terceira e nem a quinta testemunha e sim a quarta a levantar a indagação quanto ao real motivo da morte, sugerindo ter sido talvez pelo uso de remédios.

Em agosto de 1862, cinco meses após ser instaurado foi dado o veredicto de absolvição do acusado, sem ao menos o fazendeiro ter sido interrogado, o que sugere a rapidez na resolução do caso. Foi reveladora a parcialidade da justiça, na medida em que tratava de julgar um proprietário de terras e de escravos tendo como vítima o escravizado Sebastião.

Doze anos após este acontecimento, em 1874, Izaias Joaquim de Guimarães apareceu no Livro de Classificação de Escravos para Fundos de Emancipação de Sant’Anna do Paranahyba, com a informação de que tinha quatro escravos, o que revela ter sido um senhor de não tão poucos escravizados para o contexto de Sant’Anna. Afora ele, entre os cinquenta e oito senhores de escravos arrolados, apenas outros sete possuíam mais escravos, sendo o maior proprietário aquele que detinha dez pessoas. (Apud MOURA, 2008, p. 404-411)

O segundo processo (MATO GROSSO DO SUL, 1878) parece não se correlacionar à problemática específica do texto, todavia, ao tratar de um fato que envolvia um senhor de gente e de terras, numa localidade de senhores de poucos cativos, talvez a fonte nos traga indícios de uma trama maior. Este processo refere-se à doença e à morte, em Sant’Anna, de um senhor de terras e escravos, e nos revela parte da história envolvendo Thomas José Martins, médico, acusado de levar a óbito José Martins Ferreira, conhecido como José Gabriel, acometido de epilepsia desde a infância.

O processo criminal nos conta que no dia 8 de Março de 1878 morreu José Martins Pereira, em Sant’Anna. A acusação era a de que Thomas José Martins, médico, matou a vítima por envenenamento. Tal afirmativa derivava do fato de que, conforme a denúncia, José Gabriel teria vindo de sua fazenda para a Vila em bom estado de saúde e o tratamento



resumia-se a tomar os remédios prescritos e seguir a dieta. Porém, os medicamentos não estavam apresentando o efeito desejado, já que o enfermo, nos termos do processo, ficara com “febre, evacuações contínuas, dor no aparelho digestivo, soluços, ansiedade, delírio, tosse, língua denegrida, perda da fala, prostração”, chegando ao óbito e, conforme as testemunhas, a vítima sofria de epilepsia desde a infância. Tinha ataques esporádicos, mas nada tão graves como o que ocorrera após “a ingestão do medicamento”. Os relatos disseram que “viviam em bom estado de saúde e havia intervalo entre seus ataques”<sup>14</sup>.

No dia 12 daquele mês foi expedido pelo delegado de polícia, Bento José Gomes, um mandado solicitando que as três primeiras testemunhas comparecessem na manhã seguinte, às 8 horas, na Comarca Municipal para deporem, sendo elas: Antonio Branco de Oliveira, de 45 anos, casado, negociante e natural da Província de São Paulo; Marcelina Theresa de Jesus, 27 anos, casada, natural e moradora da vila de Sant’Anna e Manoel Pereira Dias, 56 anos, casado, empregado público, natural da Província de Minas Gerais.

As duas primeiras testemunhas atestaram que não sabiam ao certo se a vítima morreu devido envenenamento pelo uso de medicamentos oferecidos pelo médico réu do processo, mas sabiam que se tratava de uma enfermidade da vítima<sup>15</sup>. A terceira testemunha, Manoel Pereira Dias, sabia que a vítima se tratava com o réu, todavia, não sabia dizer se a moléstia não cedia aos medicamentos ou se apareceu nova enfermidade, na medida em que o seu estado deteriorava, vindo a falecer de vinte a trinta dias após ter se encaminhado para o segundo tratamento com o Reverendo Vigário Salles<sup>16</sup>.

No início do mês de abril de 1880 foram chamadas novas testemunhas. João Antonio da Silva, de 54 anos, negociante, casado, natural da Província de Minas, foi o primeiro a depor, afirmando que “[...] Sabia que José Gabriel achava doente nesta Villa, e que foi medicado pelo acusado, pelo Reverendo Vigário Fleury e pelo farmaceutico Albino Latta...”<sup>17</sup>.

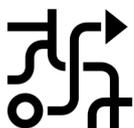
A segunda testemunha, Joaquim Pereira Dias, de 25 anos e natural da vila de Sant’Anna, também “ouviu falar” que o Vigário Fleury, o mesmo que aparecera como testemunha no primeiro processo criminal analisado, dava remédios ao falecido depois que o médico acusado, Thomas, deixara de dar. Já para Manoel Pereira Dias, 60 anos, natural de Minas Gerais, terceira testemunha, a vítima começou a ser tratada por Thomas, todavia

<sup>14</sup> MATO GROSSO DO SUL, 1878, p. 2-3.

<sup>15</sup> MATO GROSSO DO SUL, 1878, p. 11, 12.

<sup>16</sup> MATO GROSSO DO SUL, 1878, p. 13,

<sup>17</sup> MATO GROSSO DO SUL, 1878, p. 19.



como a moléstia não cedia aos medicamentos passou a ser tratado pelo Reverendo Vigário Salles Fleury, cujo tratamento durou 34 dias. Por isso, acreditava que a vítima faleceu da enfermidade e não do tratamento.

A quarta testemunha, Galdino Ferreira de Sousa, de 40 anos, solteiro e natural de Minas Gerais, contou que Thomas lhe disse não dar remédios “há cinco dias ao enfermo”, e depois desta conversa demorou dias até este último morrer<sup>18</sup>. Lucas Antunes da Silva, 46 anos, empregado público, casado, natural da Província de Minas Gerais foi a quinta testemunha do processo, e depôs o mesmo que a terceira testemunha<sup>19</sup>. Por fim, para esta última testemunha, Antonio Pereira dos Santos, 49 anos, fazendeiro, casado e natural de Minas Gerais, a moléstia agravou-se após o início do tratamento feito com Thomas, quando fora perceptível, conforme Antonio, que a vítima “passou a enfraquecer tanto que não pode mais levantar da cama até morrer”<sup>20</sup>. Esta mesma testemunha também reafirmou a participação do vigário na tentativa de medicar o doente, porém, José já se achava em tão mal estado que não mais falava. Por isso, para ele, José morreu por causa dos remédios mal aplicados ou pela dieta imposta pelo médico, mas o “envenenamento” não fora de propósito.

Em seu parecer, o juiz concluiu que, como as testemunhas não depuseram contra o denunciado, o médico Thomas, dava-se então a despronúncia findando o processo. A questão central fora se a morte resultou da ingestão de substâncias venenosas, dadas pelo médico, pelo vigário ou pelo farmacêutico, as quais “destruíram completamente seus órgãos intestinais”, como constou na denúncia do corpo de delito. Todavia, no desenrolar da trama não chegaram a esta conclusão. Ainda assim, uma das testemunhas também sugeriu que talvez a moléstia não tenha cedido ao medicamento fazendo com que aparecesse nova enfermidade.

Sobre o tratamento dado pelo vigário é interessante indagarmos porque lhe coube cuidar do corpo do paciente, medicando-o, e não somente da alma, o que se esperaria de um membro de uma ordem religiosa. Sabemos que, no século XIX, era grande a dificuldade de atendimento médico às enfermidades devido à escassez de pessoas formadas para a prática da medicina. Pela falta de assistência médica especializada, mesmo aqueles que possuíam bens materiais recorriam ao auxílio de religiosos, quando este outro não surtia efeito ou mesmo paralelamente, como é o caso analisado.

<sup>18</sup> MATO GROSSO DO SUL, 1878, p. 24.

<sup>19</sup> MATO GROSSO DO SUL, 1878, p. 25.

<sup>20</sup> MATO GROSSO DO SUL, 1878, p. 26.



Recorrer ao saber popular no uso de ervas era uma prática comum no período, já que havia falta de profissionais médicos em praticamente todos os lugares, e especialmente nas regiões interioranas do país, fazendo com que muitos religiosos exercessem a arte de curar. Por sua formação e, em vista disso, pelo acesso à leitura especializada, esses religiosos poderiam obter instruções médicas no acesso a periódicos versando sobre plantas para a composição de mesinhas, entre outras indicações. É o caso do personagem Cirino, de “Inocência” (2002), boticário, que não concluiu o curso de medicina, no entanto possuía conhecimentos derivados de seu trabalho, tendo em mãos o livro Chernoviz<sup>21</sup>, bastante utilizado no período, pois descrevia moléstias e indicava tratamentos.

Em relação ao processo, não temos respostas para saber quem ou o que causou a morte de José Gabriel: se fora responsabilidade do médico que o acompanhava no tratamento de sua doença; do vigário por ter aplicado “mesinhas”; ou ainda do farmacêutico, como sinalizou uma das testemunhas. Talvez até mesmo uma nova enfermidade, como sugerira também outro depoente. Mas é interessante pensar que no século XIX deram-se conflitos entre o saber médico acadêmico e o popular. O saber popular no conhecimento das plantas que a natureza oferecia era algo mais palpável e possível à parte significativa da população, mas questionado pelo saber médico, que mesmo diante de suas fragilidades se impunha como a última palavra, a exemplo do resultado da sentença do processo.

A fonte analisada a seguir colaborará para compreendermos parte desta sociedade Oitocentista em que, como narramos anteriormente, um senhor foi acusado pela morte de um escravizado, e um médico pela morte de um fazendeiro. Em “Derrotas” (2007) poderemos entender um pouco melhor as adversidades vivenciadas pelos caminhos das incursões, especialmente as doenças vividas pelos vários personagens nas estradas, vilas e casebres por onde pousavam ou mesmo onde fixavam residência, como no caso da família e de cativos de Joaquim Francisco Lopes.

## **“DERROTAS” PELOS “SERTÕES” DO SUL DE MATO GROSSO: ENTRE DOENÇAS E CONFLITOS**

Nas memórias de Joaquim Francisco Lopes e de João Henrique Heliott, seu ajudante, intitulada “Derrotas” (2007), é possível acompanhar os caminhos percorridos por esses sertanistas, pelo sul de Mato Grosso, em incursões, junto a indígenas, escravizados e

<sup>21</sup> Sobre o uso de Manuais de Medicina Popular que contribuíram para a instrução acadêmica de inúmeros praticantes leigos da medicina (GUIMARÃES, 2005).



pobres e livres, no processo de conquista e usurpação das terras, principalmente dos povos originários, em nome do Império e, mais tarde, em nome do Barão de Antonina. Tais viagens deram-se entre os anos de 1829 a 1857. As doenças encontradas e também vividas pelos caminhos e pousos envolvendo a comitiva, bem como familiares de Lopes, demonstraram parte desta história que vimos tentando contar. Uma história marcada por intempéries e conflitos envolvendo vários personagens.

O sul de Mato Grosso figura, costumeiramente, nestes relatos como confins desabitados de “civilização”, mas bem sabemos que prenes de “gentios”, como se evidenciou na obra. Em meio aos *sertões*, procuramos encontrar os vestígios das doenças, assim como às ações dos escravizados, o que não foi uma tarefa fácil, por serem poucas as referências e não encontrarmos seus nomes, pois quase sempre denominados de “africanos”.

Um dos indícios deu-se na quarta “Derrota”, momento em que Helliott relatou a dificuldade na composição da expedição, pois em vista de conflitos na viagem resultando em mortes, fugas e doença, de “doze índios e quatro africanos para remeiros”, afora “oito praças” e demais camaradas, restaram o “comandante, piloto, dois camaradas, sete índios, três africanos, oito praças de primeira linha, e um cadete” (2007, p.117). Dos quatro que iniciaram a viagem, três africanos acompanharam então esta incursão, como narra Helliott. Eram esses cativos, na maior parte das vezes, que carregavam mantimentos, cargas, abriam picadas, mas muitos também fugiam de seus senhores, e entravam pelas matas e cerrados a caminho da liberdade. Acerca das doenças que acometiam a todos, encontramos um trecho da obra em que Lopes contou do escravo Lourenço que ficou para trás, impedido de prosseguir viagem por “crescer muito a barriga e não poder andar”:

Em novembro chegou meu mano Gabriel, e três índios caiapós, embarcados, enviados pelo referido Garcia, trazer-me farinha e ver o estado em que eu me achava; e com efeito me via nos maiores apertos possível; o escravo Lourenço, doente, crescendo muito a barriga e não podia andar, participei ao dito e entreguei o escravo a meu mano e conduziu para o Monte Alto (2007, p.19).

Nessas expedições, os sertanistas contavam com o auxílio de saberes da vida no cerrado, principalmente dos índios Cayapó que habitavam grande extensão de terras entre o norte e o sul de Mato Grosso. Parte desses povos que ali permaneceu vivenciava o processo de aldeamento, como uma política do século XIX, cuja meta era a “civilização e catequese”. Nessas incursões, os embates não se limitavam aos sertanistas e indígenas que se recusavam



ao aldeamento. Ocorriam entre os próprios camaradas, rivalizando entre si por alimentos e desavenças de várias ordens. Também entre escravizados e camaradas, como segue:

Na madrugada de 11, o piloto de minha canoa recebeu umas bordoadas na cabeça, e uma facada na boca do estômago; acusou dois negros do aldeamento do delito, os quais foram presos e remetidos para o subdelegado do Jataí, e assim ficamos com um camarada e um africano de menos (2007, p.120).

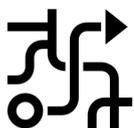
Tais acontecimentos permitem indagar como viviam esses agentes sociais, fragilizados especialmente em relação à eminência de conflitos, como as “bordoadas na cabeça” e “uma facada na boca do estômago”. As plantas medicinais encontradas na natureza talvez pudessem indicar o que o *sertão* poderia oferecer para minimizar esses sofrimentos do corpo. O relato de Heliot sugere esta questão, ao observar que: “a maior parte é limpa, a pastagem bem como o capão de mato de cultura, tem muitas ervas medicinais como ruibarba canapias, douradinha, cipó- chumbo e outras” (2007, p.136).

As doenças que acometiam indistintamente os viajantes, narradas por Lopes e Heliot, eram pestes de carrapato; sezões, como as vividas pelo irmão e o cunhado de Joaquim Lopes, e maleitas, tendo os quatro filhos adoecidos deste mal. O parto e a criação de filhos recém-nascidos também era um processo difícil, como nos contou o responsável pela incursão. Lopes colocou em evidência as dificuldades vividas por sua esposa que, após o parto, foi impedida de amamentar em função de estar acometida por “sarna nos seios”.

Chegando o tempo do parto, a mulher lançou a criança, eu mesmo assistindo, servindo de parteira – Deus louvado! – tudo se arranjou com felicidade. Passados quinze dias mais ou menos, rebentou umas sarnas nos peitos da mulher, de maneira que impediu o inocentinho mamar; tais foram as ditas sarnas que alvoroçando tomou todo o corpo na espécie de queimaduras de fogo e estando assim logo entrevou (2007, p.18).

As precárias condições de saúde imbricavam-se com a escravidão. O ambiente úmido, a extensa vegetação, a diversidade de insetos e animais, a fragilidade da higiene e de saneamento, todos esses fatores causavam a proliferação de doenças e febres, como explicitam os casos envolvendo a família de Lopes. Dessa forma, é possível depreender que escravizados e senhores deparavam-se com as doenças, dentre outras adversidades, por todo o percurso do sul de Mato Grosso e inventavam modos de vida para delas se livrar, quando possível. Os “sertões eram hostis”, como diriam os sertanistas, mas ainda propiciavam a cura, por meio da riqueza do cerrado, da flora, e também dos saberes, especialmente de negros cativos e de indígenas para lidar com essas doenças.

Neste debate, o conceito de “sertão” torna-se importante para entendermos a trama narrada pelas “Derrotas”. Acerca do que vem a ser o “sertão”, Amado entendeu que esta



categoria “está presente desde o século XVI, nos relatos dos curiosos, cronistas e viajantes que visitaram o país e o descreveram, assim como, a partir do século XVII, aparece nas primeiras tentativas de elaboração de uma história do Brasil” (1995, p. 146). Poderia significar áreas despovoadas de habitantes “civilizados” no interior do país, “habitadas por índios ‘selvagens’ e animais bravios, sobre as quais as autoridades portuguesas, leigas ou religiosas, detinham pouca informação e controle insuficiente” (1995, p.148). Assim, os *sertões* eram descritos como espaços distantes de regiões urbanas, ditas “civilizadas” e de “cultura”. Eram apresentados ainda como pouco habitados, desconhecidos e perigosos, espaços interiores da colônia onde a natureza era “bruta e exuberante”.

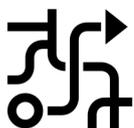
Sabemos que estes *sertões* não eram desabitados, pois eles estavam repletos de povos originários desde longa data, o que diverge do discurso do “vazio”. O que não podemos deixar de notar são os diferentes significados que o sertão comportava. Se para alguns, como para a administração colonial e imperial, o sertão poderia estar associado a algo pejorativo, confins do interior brasileiro, repleto de “índios selvagens, incivilizados, natureza e animais exóticos”, para outros se configurava como um espaço de liberdade e de possibilidades, a exemplo das muitas incursões registradas na história de Mato Grosso, como descreveu a obra em análise, assim como dos quilombos que se formavam em seu interior. Como exemplo disso Amado destacou:

Para alguns degredados, para os homiziados, para os muitos perseguidos pela justiça real e pela Inquisição, para os escravos fugidos, para os índios perseguidos, para os vários miseráveis e leprosos, para, enfim, os expulsos da sociedade colonial, ‘sertão’ representava liberdade e esperança; liberdade em relação a uma sociedade que os oprimia, esperança de outra vida, melhor, mais feliz (1995, p.149).

Na continuidade do texto, recuando no tempo e adentrando aos sertões do norte de Mato Grosso, vemos a importância de trabalhar com as memórias de Joaquim da Costa Siqueira (1872), as quais expõem acontecimentos entre os séculos XVIII e XIX que nos dão indícios de doenças, escravizados e indígenas pelos arredores do Cuyabá.

## **NOS ARREDORES E VILA DO CUYABÁ: VIDA, DOENÇA E MORTE AMALGAMADAS**

Partindo dos campos e da Vila de Sant’Anna no século XIX, interpretado por Sr. Pereira, do romance “Inocência, como “uma peste de febres”, faz-se um recuo ao XVIII, no trabalho com o texto “Compêndio Histórico Cronológico das notícias de Cuyabá” (SIQUEIRA, 1872). Nesta fonte, Joaquim da Costa Siqueira teceu uma narrativa dos



acontecimentos da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuyabá e arredores, envolvendo o período de 1779 a 1817. A nosso ver, a sua exposição contemplou vários temas, como: presídios, destacamentos militares, bandeiras contra os povos originários denominados pelo autor de “gentios bárbaros”, intempéries climáticas, assassinatos de autoridades, festas, e ainda mortes de escravos<sup>22</sup> por “gentios” no norte e sul desta Capitania, ainda que, conforme Jesus, tenha se limitado à Cuyabá por desconhecimento de Mato Grosso<sup>23</sup>.

Conforme a autora Jesus, Joaquim da Costa Siqueira era natural de São Paulo e nasceu entre os anos de 1740 e 1741: “foi morador em Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá e nela exerceu o cargo de vereador da Câmara em 1786, capitão da cavalaria auxiliar e juiz das medições e demarcações das sesmarias” (2012, p.97). Contou ainda que Siqueira faleceu em 1821 e, conforme seu inventário, possuía escravos, móveis, prata, cobres, ferramentas, duas sesmarias e casa de morada “na rua de Baixo”.

Na análise desta fonte, observamos que Siqueira enfatizou o confronto de indígenas e escravizados, como em 1787: “Matou o gentio no dia 29 de julho no sítio de José Rodrigues Corrêa Leal, sito nas margens do Arica, três escravos, e no dia 31 na fazenda do capitão José Pereira Nunes cinco pessoas, ambos estas povoações distam desta vila a primeira oito e a segunda seis léguas” (1872, p.19).

Na referência ao ano de 1798 encontramos outra notícia semelhante, na qual Siqueira contou que o Cayapó: “não cessa de fazer hostilidade, aproveitando-se do tempo e ocasião matou no sítio do Jutubá, sítio do rev. Manoel de Albuquerque Fragoço, no dia 06 de março uma escrava preta e dois filhos pequenos”. Nesta mesma passagem de seu texto ainda destacou: “e logo no dia 18 em o sítio de Domingos José de Azevedo, na paragem chamada Quilombo, matou sete escravos” (1872, p.39).

Estas notícias mostram o universo de contradições de nossa história, da colônia ao império, em que povos originários e escravizados não somente constituíram alianças e viveram em quilombos partilhando do mesmo lugar e do sonho da liberdade, mas também se enfrentaram por esses caminhos da conquista. No mesmo ano de 1798 encontramos outra narrativa a mostrar o reverso das histórias anteriores, ao expor o que acabamos de afirmar:

No dia 8 de Dezembro foram apreendidos no engenho do rio da Casca do sargento mór Antonio da Silva Albuquerque um índio de nação Bacairy e um preto que havendo fugido

<sup>22</sup> Para uma discussão da escravidão no norte de Mato Grosso, consultar: Volpato (1993).

<sup>23</sup> Jesus atenta para o fato de que as informações apresentadas por Siqueira se limitam à Cuiabá “já que as de Mato Grosso desconhecia e não tinha tido tempo de buscá-las” (2012, p.97). Mas, o texto interessa por dar indícios dos negros escravizados e dos povos originários por essa localidade.



destas minas se havia refugiado para as terras daqueles bárbaros, e se acham na cadeia retirando-se os mais sem fazerem hostilidades por serem pressentidos (1872, p.39)

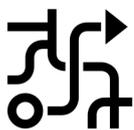
Já no ano de 1800, ao contar sobre uma diligência realizada à procura de um quilombo, Siqueira evidenciou os desencontros entre os povos originários e os quilombolas, bem como a violência da administração da Capitania. Conforme este narrador, no dia 03 de junho daquele ano chegara ao sertão do Norte a bandeira comandada por José Luiz Monteiro, que “[...] não achou o quilombo dos pretos por terem sido todos assassinados pelo gentio Chavante, a quem conquistou, conduzindo-os, e também vários Pacairys, que se fez repartir pelo povo, e como estranharam os alimentos, morreram quase todos” (1872, p.142).

Na Vila do Cuyabá, no ano de 1812, encontramos ainda nesta fonte outro caso a desvelar as condições adversas vividas pelos escravos fugidos, numa íntima relação com as doenças:

No primeiro de Abril apareceu nesta Vila uma mulher cativa de João Ferreira Mendes, e um negro que com ela havia fugido para o mato, onde estiveram o espaço de vinte e dois anos, tendo neste tempo a dita mulata doze partos, dois dos quais sendo perigosos, animado pela necessidade de salvar a vida de sua companheira, o mencionado negro em um tirou do ventre em pedaços a criança que nele estava morta, introduzindo como pode a mão até o lugar em que fez esta arriscada operação, e em outro as páreas, com que salvou-se do risco em que estava de ficar no bosque em que vivia com seus filhos (1872, p.86).

Esta fonte é densa em informações do modo de vida daqueles que fugiam ao cativo. Conta-nos uma história de dores, mas ainda de amor, pois na tentativa de salvar a vida de sua companheira, cativa de João Ferreira Mendes, o companheiro com quem ela fugira, fazia vinte e dois anos, retorna junto aos 10 filhos. Foram mais de duas décadas de vida em liberdade, conquistada à duras penas, e vivenciada no “mato”, “no bosque”, como expressa Siqueira, apresentando o lugar como “perigoso”, ou seja, o “risco em que estava de ali ficar”. A narrativa nos levou a entender que o escravo, sendo companheiro e ainda o parteiro, foi aquele que trouxe a vida dez de seus filhos, sendo que os dois últimos partos ameaçaram à companheira do risco de morte pela delicada situação.

Retornar à Vila do Cuyabá implicou para esse negro escravizado a perda da liberdade, mas ainda a possibilidade de salvar a vida da mulher amada, e isto era o que mais importava, nos parece, naquele momento. Doença e liberdade mostraram os seus limites e os meandros dessa relação. Quisera pudessem ter permanecido no “bosque”, no “mato” por toda a vida, sem o retorno à escravidão, mas as encruzilhadas entre a escravidão e a liberdade, e em meio a ela a doença, deram muitas voltas, e o retorno, mais do que o cativo



em si, talvez sinalizasse, por mais adverso que fosse, para a possibilidade da continuidade da vida.

## ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

No decurso do texto, do sul ao norte de Mato Grosso, entre os séculos XVIII e XIX, buscamos trabalhar, por meio de fontes diversas, como autos criminais, diário de viagem e uma crônica de Cuyabá, a correlação entre a escravidão e as doenças no sul de Mato Grosso, especialmente em Sant'Anna do Parahyba e arredores, e ainda nas proximidades de Cuyabá, no norte. Encontros e desencontros entre senhores, negros escravizados e indígenas foram abordados, a fim de mostrar a linha tênue entre viver e morrer naquelas paragens.

São histórias de dor, como o assassinato do escravo Sebastião e a morte do senhor de escravos, João Gabriel; narrativas de doenças e muitas outras intempéries vividas e contadas em “Derrotas”, mas também de amor do escravo por sua companheira, como nos contou a última fonte. Ao buscarmos os vestígios dessas histórias necessitamos entender que, ao revés da ordem de violências, a luta pela liberdade se fazia sentir e mostrava a sua presença incômoda, a exemplo da fuga de indígenas e negros escravizados das incursões, como constam em “Derrotas” e na narrativa de que por vinte e dois anos vivera na mata o casal de escravos e seus filhos, forçados a retornar a Cuyabá, por motivo de doença.

São estas histórias que precisamos contar, mesmo que sejam poucos os indícios da documentação. Se buscarmos a “agulha no palheiro” talvez se possa encontrar essas marcas desbotadas que o tempo não deu conta de apagar. Daí a crônica, assim como as memórias e relatos de viagem, serem fontes importantíssimas para este exercício. Os autos criminais também nos mostram a doença, a violência e a escravidão pelas terras de Sant'Anna, assim como a precariedade no atendimento à saúde e as práticas de cura, por meio de remédios caseiros e de outros saberes populares. Fontes diversas, mas que se assemelham no diálogo possível à busca dessas histórias entre o norte e o sul de Mato Grosso. Doenças, encontros, desencontros, tratamentos, morte e cura, aparecem nas tramas vividas por homens e mulheres que parecem estar à margem da história, mas a margem denuncia o interior: a importância de perscrutar caminhos buscando desvios para quem sabe escrever outras histórias.

## REFERÊNCIAS



ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no Império. In: SOUZA, Laura de Mello e; ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Orgs). *História da vida privada no Brasil*. vol.2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, vol.8, n.15, 1995.

BARBOSA, Keith. Escravidão, mortalidade e doenças: notas para o estudo das dimensões da diáspora africana no Brasil. *Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão*. ANPUH/SP-USP. São Paulo, 2008.

BORGES, Maria Celma. Escravidão e liberdade no sul de Mato Grosso: o cotidiano e o extraordinário na vida dos escravos em Sant'anna do Paranahyba (1862 a 1882). *Anais XVI Semana de História*, UFMS, Campus de Três Lagoas: Curso de História, Ag. 2015.

BRAZIL, Maria do Carmo. *Fronteira Negra: Dominação, violência e resistência escrava em Mato Grosso -1718-1888*. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo (Editora da UPF), 2002.

CAMARGO, Isabel Camilo de. *O sertão de Santana de Paranaíba: um perfil da sociedade pastoril-escravista no sul do antigo Mato Grosso (1830-1888)*. Dissertação (Mestrado em História). Dourados, MS: UFGD, 2010.

CARDIM, Fernão. *Tratados da terra e gente do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Leite & Cia, 1925. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4788> . Acesso em: 26/10/2020.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*, 1. Artes de fazer. Petrópolis: Ed. Vozes, 1999.

DIAS, Maria Odila Leite. A interiorização da metrópole. (1808 a 1853) In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *1822 – Dimensões*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.

GANDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da Terra do Brasil: história da província Santa Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasil / Pero de Magalhães Gandavo*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008.

GUIMARÃES, Maria Regina Cotrin. Chernoviz e os manuais de medicina popular no Império. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 12, n. 2, p. 501-14, maio-ago, 2005.

HARKOT-DE-LA-TAILLE, E.; SANTOS, A. R. (2012). Sobre escravos e escravizados: percursos discursivos da conquista da liberdade. *Anais do III Simpósio Nacional Discurso, Identidade e Sociedade*. (III SIDIS). Dilemas e desafios na contemporaneidade. Anais. Campinas, SP, 2012. Disponível em: [https://www.iel.unicamp.br/sidis/anais/pdf/HARKOT\\_DE\\_LA\\_TAILLE\\_ELIZABETH.pdf](https://www.iel.unicamp.br/sidis/anais/pdf/HARKOT_DE_LA_TAILLE_ELIZABETH.pdf). Acesso em: 22/10/2020.

JESUS, Nauk Maria de. A Capitania de Mato Grosso: história, historiografia e fontes. *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, v.5, n.2 Julh-Dez, 2012.

KODAMA, Kaori. Antiescravidão e epidemia: 'O tráfico dos negros considerado como a causa da febre amarela', de Mathieu François Maxime Audouard, e o Rio de Janeiro em 1850. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.16, n.2, Abr-Jun, 2009.



LOPES, Joaquim Francisco. *Derrotas*. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2007.

LUCIDIO, João Botelho Antonio. *Nos confins do Império um deserto de Homens povoados por Bois - A ocupação do Planalto Sul Mato Grosso 1830-1870*. Dissertação (Mestrado em História), Niterói, RJ: UFF, 1993.

MAGALHÃES, Sônia M. de. *Alimentação, saúde e doenças em Goiás no século XIX*. Tese (Doutorado em História), Franca, SP, UNESP, 2004.

MANTHORNE, Katherine E. O imaginário brasileiro para o público norte-americano do século XIX. *Revista Usp*. São Paulo: Jun-Agosto, 1996.

MATO GROSSO DO SUL. Tribunal de Justiça de. *Matrícula de escravo*. Documento 18, Caixa 17, 1874. Campo Grande, Mato Grosso do Sul.

MATO GROSSO DO SUL. Tribunal de Justiça de. *Processo-crime, 1878*, Paranaíba, caixa 115/Documento histórico 4000. Autora: A Justiça Pública; Réu: Thomas José Martins; Local: TJMS.

MATO GROSSO DO SUL. Tribunal de Justiça de. *Sumário de Culpa, 1862*, Paranaíba, caixa 114/Documento histórico 3965. Autora: A Justiça Pública; Réu: Isaias Joaquim Guimarães; Local: TJMS.

MATO GROSSO, *Arquivo Público*. Registro de Correspondência Oficial com o interior da Província. Período: 1838-1839, doc. 56, estante 05, Rolo 00, F05.

MONTEIRO, Yara Nogueira; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *As Doenças e os Medos Sociais*. São Paulo: Fap-Unifesp, 2012.

MORAIS, Rosa Helena de Santana Girão de. Raça, Clima e Doença: a viagem de Alphonse Rendu para o Brasil (1844-1845). *Revista Território & Fronteiras*, Cuiabá, vol.6, n.2, Jul-Dez, 2013.

MOURA, Zilda Alves de. *Cativos nas terras dos pantanais: escravidão e resistência no sul do Mato Grosso – séculos XVIII e XIX*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2008.

SILVA, Cassia Queiroz da. *Pobres livres nos sertões do sul de Mato Grosso - Sant' Anna do Paranyha – século XIX*. Curitiba: CRV, 2020.

SIQUEIRA, Joaquim da Costa. Compendio histórico cronológico das notícias do Cuyabá, repartição da Capitania de Mato Grosso Desde o princípio do anno de 1788 até o fim do anno de 1817. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 1850, Tomo XIII, 2ª. ed, 1872.

SILVA, Cássia Queiroz da. *Pobres livres nos sertões do sul de Mato Grosso – Sant'Anna do Paranyha (séc. XIX)*. Curitiba: CRV, 2020.



SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brazil em 1587*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1851. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4795>. Acesso em: 26/10/2020.

TAUNAY, Alfredo D'Escragnolle. *Inocência*. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2002.

TAUNAY, Alfredo D'Escragnolle. Viagem de Regresso de Mato-Grosso à Corte. IN: *Revista Trimestral do Instituto HistoricoGeografico e Etnographico do Brasil*. Tomo XXXII, Parte Segunda. Rio de Janeiro: B. L. Garnier- Livreiro- Editor, 1869.

VOLPATO, Luiza R. R. *Cativos do sertão: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá: 1850/1888*. São Paulo: Marco Zero, 1993.

Recebido em: 06/11/2020

Aprovado em: 05/12/2020